

Política Internacional na revista *Diretrizes- Economia, Política e Cultura* (1938-1944)

Álvaro Xavier Duque Filho

O presente trabalho tem como objetivo discutir os resultados preliminares de nossa pesquisa, em que empreendemos a análise sistemática de comentários, matérias e seções dedicadas ao debate dos acontecimentos internacionais presentes na revista *Diretrizes – Economia, Política, Cultura*, editada no Rio de Janeiro entre os anos de 1938 e 1944. Periódico fundado por Samuel Wainer e Antônio de Azevedo Amaral, *Diretrizes* ocupou lugar de relevo no período, aglutinando significativas personalidades da cena política, jornalística e intelectual do país.

O trabalho com esta modalidade de fonte documental requer por parte do pesquisador cuidados especiais, de modo a compreender o gênero impresso *revista* em suas variadas dimensões. Segundo Ana Luiza Martins:

*A pertinência desse gênero de impresso como testemunho do período é válida, se levarmos em consideração as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que assistia e, sobretudo da natureza de capitais nele investidos.*¹

Na passagem do século XIX para o XX, o mercado jornalístico brasileiro atravessou um lento processo de transformação. Apesar do alto grau de analfabetismo a constituição de grandes empresas de comunicação ganhou força, principalmente graças a série de inovações tecnológicas que possibilitaram o aumento das tiragens e do número de páginas, dinamizaram a distribuição, criando condições para o barateamento e a melhoria da qualidade gráfica do produto oferecido ao consumidor. Esta nascente *indústria* começava a impor uma lógica de concentração e gerenciamento empresariais que exigia grandes inversões de capital.²

Ao lado desta complexa modificação estrutural, o campo jornalístico também teve como característica marcante, principalmente nas três primeiras décadas do século passado, a forte presença de elementos vindos do mundo literário. Além conformar de modo especial tanto às páginas de jornais e revistas como à própria prática dos escritores,³ a

união da esfera jornalística com a literária atingiu um estágio em que toda a vida intelectual passou a ser dominada pela grande imprensa, “... que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais.”⁴

Juarez Bahia define que a grande imprensa no Brasil adquire nos anos 1930 sua maturidade, consolidando-se como “complexo de produção, tecnologia e economia que se acrescenta à função estritamente informativa.”⁵ Entretanto, justamente neste momento perde progressivamente sua posição como espaço privilegiado de promoção intelectual.

Os anos que se seguem ao golpe que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930 são marcados pela interferência estatal nas mais diversas áreas da sociedade brasileira. No que se refere à esfera cultural, o Estado absorveu parte da demanda criada pelo crescimento generalizado de instituições de ensino superior, promovendo o acesso de grandes contingentes da elite intelectual a postos de trabalho no serviço público.⁶

Sem desconsiderar este fato, é necessário salientar que a relação entre poder político e intelectualidade se desenhou de forma bem mais intrincada. A literatura especializada na temática destaca a existência, principalmente a partir dos anos 1920, de um discurso intelectual focado no diagnóstico dos problemas mais urgentes da vida nacional que elege o Estado como o ator capacitado a resolver os problemas do país e único detentor de recursos suficientes para estimular e ampliar o acesso à educação, ciência e cultura. Ou seja, as mais diversas tendências da *intelligentzia* nacional teriam aderido ao chamado da elite governamental para participarem da construção do Estado de Bem-Estar no Brasil.⁷

Chefiado por Gustavo Capanema entre 1934 e 1945, o Ministério da Educação e Saúde, tornou-se emblemático deste processo por constituir-se como espaço para onde convergiam ativistas das mais diversas concepções políticas, figuras tão dispares como Carlos Drummond de Andrade, Anísio Teixeira e Alceu Amoroso Lima.⁸

Com a instalação do Estado Novo, o campo cultural recebe atenção ainda mais especial das autoridades governamentais. Passa a existir uma sólida alocação de recursos

materiais, a intervenção nos setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico atingem níveis nunca antes vistos.

Cabe lembrar que a Constituição de 1937 continha um dispositivo que garantia ao novo regime o controle de todo e qualquer meio de comunicação. Ao lado da censura prévia, a ditadura varguista esteve preocupada na elaboração de uma refinada propaganda política, fortemente influenciada pelo exemplo do totalitarismo europeu:

*O poder político, nesses casos, conjuga o monopólio da força física e da força simbólica. Tenta suprimir dos imaginários sociais, toda representação do passado, presente e futuro coletivos que seja distinta daquela que atesta a sua legitimidade e cauciona seu controle sobre o conjunto da vida coletiva.*⁹

Em 1938, o antigo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) tem suas funções ampliadas e passa a ser denominado Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Em dezembro de 1939, surge o Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão federal com status e verbas de ministério, diretamente vinculado à Presidência da República. Tendo a frente Lourival Fontes, o DIP centralizou a censura e propaganda governamental por meio de uma vasta estrutura administrativa que atingia todo o território nacional.¹⁰

Dentre suas práticas mais comuns, o DIP se destacou por fechar e desapropriar veículos de informação, destinar grandes somas em dinheiro para inserções publicitárias, a distribuição direta de recursos aos proprietários e editores de jornais, revistas e emissoras de rádio. O rígido controle da imprensa incluía a determinação de cotas de papel, matéria-prima vinda do exterior com subvenção do governo. O corte da cota significava praticamente o fim da publicação, já que a importação, além de cara, somente podia ser liberada na alfândega com autorização explícita das autoridades ditatoriais.¹¹

Além de seu aspecto coercitivo, o DIP utilizou largamente o rádio, cinema e imprensa de forma a divulgar o discurso ideológico do Estado Novo. Esta refinada produção obedeceu a uma divisão do trabalho bem definida. O papel reservado à imprensa seria o de elaborar

as linhas mestras deste discurso, de modo a justificar e solidificar a ditadura perante as classes letradas.¹²

Dentro deste quadro, o pensamento político de Antonio Azevedo Amaral ganha destaque. Seus livros e farta colaboração na imprensa estiveram marcados por uma forte crítica ao Estado Liberal, modelo considerado incapaz de responder às verdadeiras necessidades nacionais. Em substituição a este, defendia a instalação de um Estado Autoritário, condizente com as tradições e evolução da nação, supostamente o único capaz de acabar com fatores de desagregação da sociedade, condutor legítimo do desenvolvimento espiritual, político e econômico da nação.

Diferentemente de outros pensadores vinculados à matriz autoritária¹³, não encarava com nostalgia os tempos do Império, tanto no que se refere às instituições parlamentares como ao modelo econômico agrícola. Incluía-se entre os defensores da industrialização do Brasil, admitindo, inclusive, a entrada de capitais estrangeiros para a promoção rápida do desenvolvimento.¹⁴ Tais princípios elucidam as razões de sua proximidade e íntima colaboração com o projeto político-ideológico do Estado Novo.

Em abril de 1938, Azevedo Amaral lança no mercado uma nova iniciativa editorial.¹⁵ A organização da revista *Diretrizes- Economia, Política e Cultura* foi realizada em poucos meses, graças ao financiamento de dois contos de reis oferecido pela grande corporação do setor elétrico e de transportes *Light and Power*.¹⁶ Coube a Samuel Wainer a formação da equipe editorial da revista. Wainer havia travado contato com Amaral na redação do *Almanaque Israelita* e desde fins de 1937 tornara-se seu secretário particular.

A primeira edição da revista mensal *Diretrizes* revela uma forte centralização editorial na figura de seu diretor, Azevedo Amaral.¹⁷ Esta característica é evidenciada pelo próprio programa da revista.

Neste encontramos a definição do lugar e papel da elite intelectual frente ao novo quadro político nacional. Sendo o Estado Novo um regime reformador das instituições materiais e espirituais do país, caberia a esta elite a tarefa de ajudá-lo em sua função educativa, de modo que a consciência cívica se confundisse com a ideologia do regime:

*Aos expoentes da inteligência e da cultura do país incumbe assim tornar a Nação consciente das diretrizes que lhe estão traçadas no prosseguimento da obra que é a razão de ser do Estado Novo.*¹⁸

O Estado Autoritário instituído no Brasil procuraria acima de tudo adaptar-se à realidade, essencialmente dinâmica e mutável. Desta maneira, o próprio Estado adquire um caráter progressivo e não cristalizado. Como derivação lógica, não poderia prescindir da influência de forças intelectuais e culturais que representassem os elementos de vitalidade espiritual da nação que, por sua vez, não poderiam se limitar a reproduzir e difundir um discurso ideológico:

*“Ao lado dessa missão, a elite intelectual tem a exercer outra ainda mais profunda e de muito maior alcance nas suas finalidades. Cumpre-lhe revelar ao próprio Estado as possibilidades de desenvolvimento, incluídas como forças latentes no estilo atual das instituições.”*¹⁹

Caberia ao Estado definir quais círculos intelectuais representariam os verdadeiros princípios superiores da inteligência, não exercendo qualquer intervenção direta em suas atividades sob pena de comprometer os interesses e o futuro da nacionalidade.

Como se infere por este discurso e tendo em mente a posição ocupada por Azevedo Amaral no quadro do regime recém instituído, *Diretrizes* deveria ser encarada pelo público como legítima expressão dos verdadeiros espíritos criativos do Brasil; produção de uma *elite* consciente de sua *missão*: a de esclarecer e conduzir o poder público e o restante da sociedade para o caminho do progresso. Sendo assim, compreende-se a própria estruturação interna da revista em seu primeiro ano de existência, pautada em dois eixos básicos.

O primeiro eixo voltava-se para a discussão de assuntos internos ao Brasil: artigos, crônicas, entrevistas sobre vários temas, principalmente ações governamentais, educação e industrialização. Destaque para a seção *A Política do Mês*, assinada por Azevedo Amaral.

Quanto ao segundo, era dedicado à análise do conturbado panorama mundial e sua influência nos destinos brasileiros. Também a cargo de Amaral, a seção *Comentário*

Internacional emitia a posição da direção da revista acerca dos acontecimentos considerados mais relevantes.

Sua linha interpretativa fundamental era a caracterização do choque entre as grandes potências como luta por mercados econômicos e zonas de influência político-militar, mascarada por um conflito de cunho ideológico e racial. Ao mesmo tempo evidencia reservas do autor em relação aos regimes *totalitários*, vistos como sistemas extremamente fechados que sufocavam implacavelmente a iniciativa privada. Nesta seção procura-se desvincular o expansionismo totalitário de grupos sociais e construir um discurso imparcial e ponderado. A extrema unidade de perspectiva e abordagem dos referidos temas é a característica mais evidente da publicação em seu primeiro semestre de existência. Situação que se altera a partir de agosto de 1938.

Progressivamente, com exceção de *Comentário Internacional*, os textos presentes em *Diretrizes* adquirem um perfil de *combate* aberto a toda e qualquer iniciativa das *ditaduras totalitárias*. O expansionismo de potências como Japão, Itália e Alemanha era encarado como produto dos interesses de corporações industriais e financeiras. A denúncia de ações nazi-fascistas passou a ocupar maior espaço nas páginas. Guerra Civil Espanhola e conflito sino-japonês tornaram-se símbolos da luta dos povos contra a violência totalitária.

Ao mesmo tempo o raio de colaboradores da publicação se amplia de forma especial. A presença de nomes como Osório Borba, Moacir Werneck de Castro, Carlos Lacerda, Hermes Lima, Brasil Gerson, tornam-se constantes. Como se sabe, indivíduos vinculados aos ideais de esquerda, sendo alguns muito próximos do Partido Comunista Brasileiro.

Os textos produzidos por estes jornalistas e intelectuais priorizavam denunciar o perigo trazido pela presença de minorias germânicas no sul, que somada à fidelidade dos imigrantes japoneses ao seu país, transformava o Brasil em alvo primordial do *imperialismo fascista*. Reportagens e pequenas notas sobre o tema figuravam lado a lado dos relatos de atrocidades cometidas pelo exército alemão na Espanha e mutilações de crianças chinesas causadas por bombas nipônicas.

A aproximação entre os governos brasileiro e alemão também era alvo de críticas. Pregava-se a revogação de acordos firmados entre os dois países, pois causariam prejuízos irreversíveis ao nosso comércio exterior. Entretanto, era constante o elogio a Osvaldo Aranha, ministro das relações exteriores que, segundo a revista, procurava estreitar os vínculos com os Estados Unidos e sua Política da Boa Vizinhança.

Dado não menos importante, visto a reinante ambigüidade da política exterior brasileira no período e a proporcional força de círculos governamentais favoráveis a uma definitiva aliança política, militar e econômica com a Alemanha hitlerista.²⁰

Em fins de 1938, *Diretrizes* comportava na verdade duas modalidades de discurso: uma identificada com Azevedo Amaral e seu apoio *incondicional* ao governo ditatorial de Vargas; e outra mais crítica, que procurava discutir temas não muito cômodos para uma imprensa sob forte controle e censura.

Desta maneira, compreende-se a razão da saída de Azevedo Amaral da direção da revista, ocorrida em novembro de 1938. O experiente intelectual perdera o controle editorial da publicação.

A partir deste momento, a elaboração de *Diretrizes* passaria a ser responsabilidade coletiva. Encabeçado por Samuel Wainer, este *grupo* se manteria quase inalterado até 1944. Por meio de seus discursos encontramos a oportunidade de descortinar-se uma particular representação, vinculada a compromissos, determinados protocolos de leitura e que se mostrava capaz de determinar o papel da intelectualidade nacional e do próprio Brasil frente aos desafios trazidos pela Segunda Guerra Mundial.

¹ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempo de República – São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2001. P. 21.

² BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica*. São Paulo: Ática, 1990.

³ SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

⁴ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁵ BAHIA, Juarez. *Três fases do jornalismo brasileiro*. In: BRANCO, Renato C.; MARTENSEN, Rodolfo Lima (orgs.). *História da Propaganda no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990. P. 215.

⁶ Miceli. Op. cit.

⁷ BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. P.16 e seguintes.

⁸ SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. 2ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.

⁹ CAPELATO, Maria Helena. *Propaganda política e os controles dos meios de comunicação*. IN: PANDOLFI, Dulce C. (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV. 1999. P. 169.

¹⁰ LOPES, Sonia de Castro. *Lourival Fontes: as duas faces do poder*. Rio de Janeiro: Litteris, 1999. P. 69.

¹¹ Idem. P. 84-85.

¹² OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. C. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

¹³ LAMONIER, Bolívar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República*. IN: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 2 v. São Paulo: Difel, 1977. Pp. 343-374.

¹⁴ ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. P. 194-195.

¹⁵ Amaral já havia sido proprietário de quatro pequenas publicações, todas com duração efêmera.

¹⁶ WAINER, Samuel. *Minha razão de viver. Memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1989. P. 42.

¹⁷ Entre 1938 e 1940 a revista possui periodicidade mensal.

¹⁸ *Diretrizes. Rio de Janeiro, n. 1, abr. 1938*.

¹⁹ Idem. P. 50.

²⁰ SENTEIFUS, Ricardo. *O Brasil e a formação dos blocos. 1930-1945: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.